

PREÂMBULO

O ESTADO INCHADO

Dennis Prager, conhecido escritor e jornalista norte-americano, autor de inúmeras obras, é também um conferencista de renome, merecendo, aliás, uma de suas conferências, a nossa especial atenção. O título é "The bigger government, the smaller the citizen" ("Quanto maior o governo, menor é o cidadão") e que se aplica perfeitamente ao Brasil.

Ao governo, segundo Prager, cabe funções básicas – segurança pública, a defesa do País, saúde básica, justiça, defesa civil – e tão somente o necessário. O governo deve ser pequeno, o mínimo possível, de forma a que a sociedade atue livre, fluente, forte. Quando o governo se mete a assistencialismo, paternalismo, ao legalismo, as ações sociais e beneficentes se reduzem, as pessoas param à espera de que governantes, políticos ajudem os cidadãos e famílias em dificuldades. A mania do Estado, desde o mais insignificante servidor a criar normas, regras, doutrinações, pareceres, resoluções, portarias. A excessiva interferência estatal gera egoísmo, irresponsabilidade, parasitismo, inércia social.

Quanto mais pessoas dependendo do governo, mais elas desenvolvem o sentimento de que nada devem a ninguém, sequer satisfação à sociedade, e de que esta, o cidadão é obrigado a sustentá-los servilmente, bico calado, e, assim, maltratados pela burocracia e atendimento pífio nas repartições. E quanto mais recebem, quanto mais privilegiadas as castas, mais esperam, mais querem receber, menos agradecidas são e se ressentem quando alguém toca ou fala em seus privilégios. Ingratidão e ressentimento, eis o resultado do Estado grande, ineficiente, burocrático, inchado.

Outro agravante do Estado excessivo, intumescido é a supressão da liberdade, o roubo de oportunidades sociais, cívicas e cidadãs. Ele interfere em tudo, a tudo regulamenta. Donde a corrupção, a fraude, o assalto ao Erário, o cinismo, a mais deslavada sem vergonhice, a impudência. Há que se entender que os governantes, os deputados, os magistrados, os executivos são pessoas comuns, como todos nós, não anjos, mas cujos poderes quase ilimitados, o acesso a quantidades imensuráveis de dinheiro público – abusivamente extraído do cidadão, das empresas, trabalhadores de toda a Nação – os expõe a toda sorte de tentações e daí a crimes! Disso, a história, os noticiários da imprensa, os tribunais estão a confirmar...

A saída?! Reduzir o Estado – eis o desafio para todos...

O ESTADO SOB OBSERVAÇÃO E REPROVAÇÃO

Estudiosos, pessoas com um mínimo senso de bem e de avaliação, são unânimes em apontar: temos e mantemos um Estado – em todos os níveis, em todas as suas instâncias – falido, incompetente, ineficiente, cartorial, obsoleto. Só sabe aumentar impostos, que, no Brasil de hoje, é simplesmente confisco, extorsão. Só sabem auferir privilégios, ações entre amigos, corporativistas, em causa própria. Não supre o Estado nenhum serviço básico, com qualidade, eficácia – saúde, saneamento, educação, segurança pública, justiça. Não distribui nem oferece uma contrapartida ante o que usurpa, tudo controlando, expropriando seus acionistas (o povo) até a exaustão, a mais surda indignação.

E as despesas em todas as esferas do Estado só aumentam – mordomias, privilégios, parasitismos, subversão legal, corrupção de toda ordem. Não é ele capaz de planejar, reduzir despesas, como qualquer dona de casa ou um empresário o faz. Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário são assustadores. Os tributos consomem meio ano de trabalho de cada cidadão e 60% de sua renda bruta!

Burocratas, sanguessugas, corruptos, abonados de todas as castas, mancomunados com empreiteiros, lobistas, financistas, doleiros, vilões tudo fazem para manter o País na estagnação, na inanição, na mais perversa burocracia. Sabem que o progresso econômico-social, um sistema administrativo desburocratizado, uma população ativa, culta, lhes tirariam o filé mignon, as tetas generosas, de que se valem, impunemente, há séculos!

Historiadores, como Clementino Gomes, em seu "1808", nos mostram como o Brasil, ainda hoje, é visto pelos políticos graúdos, cevados e demais mandatários – uma terra, um povo, uma colônia a serem explorados, sugados ilimitadamente, pois são eles, os que nos governam, herdeiros, os donos das capitâncias hereditárias, aqui criadas pelos colonizadores portugueses, eternizadas até hoje. Os bens da Nação dilapidados, roubados, enviados para paraísos fiscais ou então desviados para contas secretas, holerites milionários sob códigos!!! As burras e minas, na visão dessa gente, são inesgotáveis e haverá sempre escravos, palhaços para servi-los!

AO PÉ DA FOGUEIRA SONHOS REALIZADOS

Homem simples, existência singela, levava praticamente toda a vida no eito da enxada. O seu rústico, limitado mundo fora o prosaico ofício rural, sol a sol, carpindo, plantando, colhendo, recebendo ordens de terceiros. Assim nascera, crescera, se casara, criara a família, levava ou deixara-se levar, dessa forma, pelos infintos anos. Pouca, escassa escolaridade. Com números, então, forte dificuldade. Vida dura, a pobreza crassa. O parco dinheiro, que amealhara, mês a mês, mal dera para sustentar o paupérrimo lar.

Agora, passados os sessenta, beirando os setenta, momentos, enfim, de requerer a aposentadoria, o chamado Funrural, criado, aliás, por coincidência, naquela década de 1970, pelo regime militar. Não via a hora de ter em mãos o valor extra do "aposento", a fim de saciar o maior, o velho sonho de sua vida, carregado desde jovem: um relógio de pulso suíço. Ou melhor, dois sonhos: o outro comprar uma boa roupa, um impecável terno social, coisa que sempre invejara nos graúdos da cidade, bem vestidos, frequentadores da sociedade.

Eis que chegou o almejado dia. Morador na Canoa, município de Ritápolis, entre jubiloso e acanhado, documentação em ordem, acolitado pelo patrão, desloca-se ao escritório do Funrural em São João Del-Rei, onde protocolam o pedido de aposentadoria. Dali a uns noventa, cem dias, acompanhado de familiares, recebe o carnê, dirigindo-se, conforme orientação, à agência bancária, onde retira o valor acumulado dos proventos previdenciários.

Dá vazão, enfim, aos seus antigos sonhos. Adquire boa roupa, um verdadeiro e caprichado enxoval, em especial um terno escuro, camisa de estampa listrada, um sapato clássico, salto plataforma na Loja Paris Modas; um sofisticado relógio marca Vemon no Juca Ourives (ficou ali horas, na dúvida, entre os modelos Tissot, Mido, Cyma, Camy, Omega em mostruário), se exibindo, e confiando aos que o acompanhavam, em regalado desfile pelo centro da histórica cidade:

- As pessoas só dão valor a quem tem boa aparência... E imponente, empolgado, complementava: - vocês querem ver como vou ser "arrespeitado" aqui mesmo nessa avenida?!

Investido do chamativo terno, relógio brilhante no pulso, porta-se bem visível, ostensivo, abarcando praticamente todo o passeio, no final da então Av. Rui Barbosa (hoje Av. Tancredo Neves), entrada e confluência para a antiga Rodoviária. As pessoas, para passarem, tinham que pedir-lhe licença ou darem volta. Vê-se cumprimentado por vários transeuntes, alguns forçadamente, pois davam de frente e no tropeção com o empecilho humano à sua frente. Dali a pouco, uma jovem, toda expansiva, se aproxima:

- Moço, por favor, quantas horas?!

Nosso entusiasmado amigo olha os ponteiros, vira, revira a pulseira, enche os pulmões, faz ares de mistérios – a moça ali toda na expectativa – respondendo, pomposo:

- São dez horas e setenta minutos, minha jovem!



ADIVINHAS

- 1- O que é que é que nunca volta, embora nunca tenha ido?
- 2- O que é que se põe na mesa, parte, reparte mas não se come?
- 3- O que é que dá um pulo e se veste de noiva?
- 4- Está no meio do ovo?

Respostas: 1- O passado, 2- Baralho, 3- Fripoca, 4- A letra V

Provérbios e Adágios

- Deus nos peitos, o diabo nos feitos
- Em boca fechada, não entra poeira, nem sai besteira
- Deus não deu asas a cobra



Para refletir:

- A suspeita, muitas vezes, é mais danosa do que a convicção. (Shakespeare)
- Rebelarmo-nos contra a tirania é obedecer a Deus. (Thomas Jefferson)
- Livre é aquele que não espera aval nem autorização de ninguém, a não ser de seu próprio ser moral. Livre é aquele que assume responsabilidades por todos os seus atos e todas as suas circunstâncias de vida. Livre é aquele que continua sendo ele mesmo, fiel aos seus valores, nas mais diversas situações. (Rudolf Steiner)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

Aves observadas

Vista recentemente, segundo relatos, na região do Córrego Fundo, um exemplar de macuru, também popularmente conhecido como “barbudinho pardo” ou “freirinha parda”. Denominação científica “Nonnulla Rubecula”. Em inglês “Rusty-breasted nunlet”; em espanhol “macuru comum”, “chacuru chico”, “juan feo”.



MACURU

Ave da ordem Galbuliformes, família Bucconidae. Mede cerca de 14 cm de comprimento, tendo as partes superiores marrom-acinzentadas; faixa supraocular esbranquiçada; peito pardo-acinzentado; bico relativamente curto e fino; cauda proeminente. Foi observada e classificada por eminentes cientistas como Horsfield (1821), Spix (1824).

Ocorre no leste e sudeste do Brasil (da Bahia ao Rio Grande do Sul), Paraguai e nordeste da Argentina (Misiones). Alimenta-se de insetos, larvas e pequenos artrópodes. Faz seus ninhos em terrenos acidentados, cavas, galerias, barrancos, ocos de árvores, que são forrados com capim e folhas secas; põe de 2 a 3 ovos brancos e brilhantes. Vive nas matas, sejam elas de terra firme, de várzeas, matas ciliares, bambuzais etc. Encontrado solitário, em pares e mesmo em bandos. Passa facilmente despercebido e quando molestado, tem o hábito de bater a mandíbula.

DR. ALEXANDER FLEMING E OS TORCEDORES DE FUTEBOL

Dr. Alexander Fleming, o descobridor da penicilina, esteve no Brasil, ao que apuramos, por duas vezes: a primeira, durante o V Congresso Internacional de Microbiologia, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 26 de Agosto de 1950. Após breve passagem pelo Recife, vindo de Dakar (Senegal), Dr. Fleming chegou ao Rio em 16/08, sendo recebido no Aeroporto por cientistas brasileiros, dentre eles o Dr. Olympio Fonseca (microbiologista), Dr. Helio Pereira (epidemiologista) e esposa, além do embaixador britânico no Brasil. O famoso cientista anotou ainda, dentre tantos eventos, o seu encontro com o Presidente Dutra, dia 17 e sua visita ao Instituto Osvaldo Cruz, dia 22.

Por sua descoberta da penicilina, o Dr. Fleming recebeu o Prêmio Nobel de Medicina em 24/10/1945. Esteve ainda em nosso País, no dia 11/05/1954 na cidade de S. Paulo, onde recebeu o título de cidadão honorário do Estado, ao lado de inúmeras outras homenagens que lhe foram rendidas pelas associações médicas do Estado e do País.

Quando de sua chegada ao aeroporto, surpreendeu-se o sábio com a grande e ruidosa aglomeração de pessoas ali. Julgando ser em função de sua presença, benfeitor da humanidade que era e reverenciado por toda a parte, homenageado por povos e nações, disse aos seus anfitriões:

- Não imaginava que no Brasil a ciência fosse tão valorizada...

Os raros cientistas brasileiros ali a recebe-lo, apenas baixaram a cabeça, sem saber o que dizer. Aquela multidão ali estava para recepcionar a delegação do Vasco da Gama, que desembarcaria num vôo próximo, festivamente recebida após uma vitoriosa excursão futebolística à Europa.

(Fonte: “The Alexander Fleming papers – Aditonal Manuscripts”)

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



ASPECTOS DA FAMÍLIA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL

Inumeráveis eram, no período colonial, as uniões livres, não oficializadas pela Igreja. Muitos portugueses, que para cá emigravam desacompanhados, mesmo tendo grupo familiar ultramarino constituído, uniam-se a mulheres nativas (índias), mescladas posteriormente pela introdução de população de origem africana (escravos). Surgiria daí uma sociedade miscigenada, mestiçada, longe dos padrões brancos, europeizados.

A sociedade mineira, de caráter urbano, com a diversificação de atividades e ofícios, grande contingente populacional seria atípico, senão contestador, o que levaria as autoridades a buscar o controle social, incluindo o incremento do fisco, do comércio e em particular, a partir do governo de D. Lourenço de Almeida (1721) da regulação dos matrimônios e das famílias, tomando e se tornando assim dimensão política. Ao lado da carência de mulheres brancas, muitas delas optavam pela vida monástica – geralmente em conventos portugueses - ou pretextavam tal motivo, via de regra em atendimento ou submissão às aspirações dos pais, o que levou a Coroa, por alvará de 10/03/1832, a proibir o retorno ou deslocamento das mesmas a Portugal para se integrarem à vida religiosa. A medida, na prática, era uma forma de casá-las com “homens bons” (brancos, da elite)⁽¹⁾ inibindo a miscigenação ou mancebia, ou seja o envolvimento com mulheres de outras raças (pretas, mulatas, mamelucas), um método de pureza racial. Da mesma forma, as autoridades coloniais vedavam o acesso de homens não brancos ao exercício de cargos públicos.

A sociedade de Minas sofreria ainda o chamado “patrulhamento ou justiça espiritual” ou “pequeno ofício itinerante”, exercido pela Igreja – em conluio, omissão ou subordinação do poder colonial – através de “visitadores” diocesanos ou episcopais, que vasculhavam todo o território jurisdicional da província, em busca de “hereges”, criminosos e transgressores da fé, sob a ótica da Igreja, ou melhor do Santo Ofício (Inquisição). Pessoas acusadas de deli-

tos – mancebia, adultério, feitiçaria etc. – , de que não escapavam sequer religiosos, eram levadas a interrogatórios, torturas morais e até físicas, e se indiciadas/condenadas, poderiam expiar pesadas penas como prisão, degredo, imolação na fogueira. Vivia-se, pois, em permanente tensão. De um lado, os habitantes desassistidos espiritual, educacional e materialmente, buscando resistir, sobreviver em meio à pobreza e à mobilidade, inadaptadas para se enquadrarem aos instrumentos de poder; de outro lado, as avassaladoras exigências e ingerências do Santo Ofício, que praticamente sobrepujava-se, por vezes, à autoridade dos bispos, dos clérigos locais e do próprio Estado.

A família mineira do período colonial, malgrado os chamados desvios de conjugalidade, estabeleceria e estruturaria poderes convergentes de convivência comunitária, de solidariedade, de afetos, de trocas sociais e culturais coletivas. Tudo em meio à pobreza reinante (dada a carga tributária escorchantemente imposta à Colônia pela Metrópole), aos fustigamentos e devassas das autoridades episcopais, aos abomináveis castigos físicos infligidos aos escravos, criminosos e “hereges”. Lidava-se rotineira e permanentemente com novas exigências e obrigações vindas da Coroa, os famosos “bandos” (decretos), daí dizer-se que o povo vivia açoitado, de cima pelos “bandos” oficiais e “embaixo” pelos bandos de criminosos e facínoras que assaltavam e tomavam conta de estradas, dos sertões, até de cidades e vilas mineradoras e dos governos (Pergunta-se: alguma diferença para com os nossos dias?!).

A família – dentro da tradição cultural e mesmo religiosa genuinamente mineira - está onde vive o afeto, a solidariedade, tendo resistido à violenta repressão “moldadora” de pessoas e instituições e sobrepondo-se, assim, à exclusão e à diáspora. Ilusória a ideia de que a típica família mineira em tempos coloniais, era a do modelo conservador, patriarcal, legada por fazendeiros e potentados rurais, o que viria a se impor a partir do século XIX.

NOTAS

(1) Segundo Hélio Vianna, “homens bons”, para os padrões da época, eram os cidadãos pertencentes à nobreza, milícia e clero (“História Administrativa e Econômica do Brasil” São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951, pp. 41/42).



FAZENDA CAMPO GRANDE

A Fazenda Campo Grande, com sede no município vizinho de Passa Tempo, foi um dos maiores conglomerados agro econômicos de que se tem notícia na região em todos os tempos. Algo inacreditável para a época e inigualável até os nossos dias. Durante quatro gerações, a partir de 1860, a fazenda tornou-se um centro de referência, mundialmente reconhecido, sob o rótulo ou marca “F”, na criação de cavalo manga-larga marchador, além de atividades celebrizadas nas áreas de bovinocultura, suinocultura, bubalinocultura, caprinocultura, ovinocultura, cafeicultura (que chegaram a um milhão de pés), piscicultura etc. A propriedade mantinha ainda requintados criatórios de cavalo campolina (raça renomada, criada por Cassiano Campolina no vizinho município de Entre-Rios), piquira e jumentos pega (raça formada em Lagoa Dourada, outro município vizinho). Queijos e manteiga com a marca “Que Tal”, produzidos na Fazenda Campo Grande, chegaram a ser os mais comercializados na Capital mineira em meados do século XX. O Laticínios “Campo Grande” chegou a ter contrato exclusivo de fornecimento de mussarela de leite de búfala com as melhores pizzarias e lanchonetes da Capital Mineira. A fazenda chegou a contar com mais de 800 colonos, entre empregados e familiares, mantendo vila residencial com cerca de 200 casas, escola de 1º Grau, pouso de aviação, curtume industrial, ferraria, serralheria, oficina mecânica etc. Uma verdadeira cidade!

A propriedade era fornecedora tradicional de cavalos e muare para o Estado, inclusive para as expedições do Marechal Cândido Rondon ao norte do País, além de exportadora de animais de raça, em especial cavalos, para vários países do mundo. Adquirida “de um português” por volta de 1860 pelo Cel. Francisco Teodoro de Andrade (1840-1889) dando início à constituição do plantel de alta linhagem de manga-larga marchador, passando o criatório em 1881 para seu filho Gabriel Augusto de Andrade (1861-1949), deste para seu filho Bolivar de Andrade, já na 3ª geração, parcial-

mente em 1928 e em sua totalidade em 1949, ano de falecimento do Cel. Gabriel Augusto de Andrade. Bolivar de Andrade, falecido em 1978, em um acidente de carro na Fernão Dias, era casado com Ilza, filha do Cel. Américo de Oliveira (20/06/1882 - .../10/1949), proprietário da Fazenda Primavera em Passa Tempo, também criador, importador e exportador de cavalos de alta linhagem.

Com o falecimento de Bolivar de Andrade em 1978, a propriedade seria transferida para o comando de seu filho Márcio de Andrade, detentor de invejável currículo técnico-profissional e notável administrador, que, infelizmente, enfermado-se, sendo submetido a caríssimos tratamentos em hospitais do País e exterior, veio a falecer ainda jovem (1997). Márcio de Andrade era formado em Engenharia da Agrimensura (Araraquara, 1960) em Zootecnia pela Universidade de Stillwater (Oklahoma A & M College), Estados Unidos (1956), com cursos avançados em equitação em Portugal, Espanha e Áustria e com especialização em fertilidade de vacas leiteiras pela Universidade de Estocolmo, Suécia, todos na década de 1950. Era um exímio mestre em equitação e montaria com diplomas expedidos por várias instituições americanas. Márcio foi fundador e ex-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Campolina-ABCC, titular da linhagem “Passa Tempo” e um dos mais importantes nomes no processo de evolução e divulgação do cavalo Campolina. Não tendo filhos homens e ante o desinteresse da esposa, senhora da alta sociedade belo-horizontina, e das duas filhas, a fazenda entrou em colapso, sendo vendida fragmentariamente a terceiros. Algo também inacreditável, inconcebível, para quem conheceu o glamour e o fulgor da antiga propriedade dos “Andrade”, um verdadeiro império econômico e que viria a ruir em questão de anos...

(Sobre a Fazenda Campo Grande, sua ascensão, apogeu e queda, ver matéria em nosso boletim nº XLII – março/2011 pp. 4/7).

Para fins de registro, transcrevemos texto de autoria do Dr. Márcio de Andrade, sob o título “Linhagem Passa Tempo: O Tempo Passa, a Marca “F” continua...” publicado na Revista Mangalarga Marchador, n. 04, Abril de 1987 (colaboração do Dr. Tarcísio de Oliveira, a quem muito agradecemos).



Francisco Teodoro de Andrade
(1840 - 1889)

LINHAGEM PASSA TEMPO:

O TEMPO PASSA, A MARCA “F” CONTINUA...

Márcio de Andrade

Publicado na Revista Mangalarga Marchador
No. 04 – Abril de 1987



Gabriel Augusto de Andrade
(1861 - 1949)

Situada no município de Passa Tempo, a 150 kms de Belo Horizonte e a 30 kms da Rodovia Fernão Dias, a Fazenda Campo Grande, onde surgiu por volta de 1860, a Marca “F”, através do trabalho pioneiro do Coronel Francisco Teodoro de Andrade, possui uma história rica de detalhes.

Nesta reportagem, Márcio de Andrade lembra o trabalho de quatro gerações de sua família no sentido do aprimoramento da Marca “F” na Raça Mangalarga Marchador, hoje conhecida internacionalmente. Como pano de fundo desse empenho, estão o amor e a dedicação de seus antepassados pela criação de eqüinos

Sempre visando a uma evolução cada vez maior para o aperfeiçoamento do rebanho, Márcio de Andrade acredita ter atingido, atualmente, um alto índice de melhoramento, conseguido com a soma de experiências à técnica e métodos modernos, na elaboração de programas de aprimoramento zootécnico.

Márcio de Andrade informa que os trabalhos de apuração da Marca “F” vêm sendo feitos desde 1910, época que o rebanho da Fazenda Campo Grande recebia orientação de Donato de Andrade, formado ‘MS’ (‘master of science’) em Zootecnia nos Estados Unidos. Naquele período, a Fazenda Campo Grande iniciou uma escrita zootécnica perfeita, assegura o criador, que dá à propriedade condição de fornecer documentos de suas criações com genalogia verdadeira.

EVOLUÇÃO

A Marca “F” surgiu com o Coronel Francisco Teodoro de Andrade, nascido em 1840, no distrito de Santo Antônio da Ponte Nova, então município de Lavras, hoje Itatinga. Francisco Teodoro era filho do Coronel Bernardino José de Andrade, criador de cavalos no Sul de Minas, que mantinha estreitas relações de amizade com seu vizinho, Gabriel Francisco Junqueira, o célebre Barão de Alfenas, iniciador da Raça Mangalarga Marchador.

Influenciado pelo Barão de Alfenas, político representante da região, que no desempenho de suas funções viajava constantemente à capital do Estado e à Côrte, passando por promissoras terras do Sudoeste de Minas, o Coronel Francisco Teodoro adquiriu de um português, em 1866,

a Fazenda Campo Grande, localizada às margens do Rio Pará, no distrito de Passa Tempo, então município de Oliveira.

Naquele mesmo ano, o Coronel Francisco Teodoro mudou-se para a Fazenda Campo Grande, levando consigo a sua tropa da Raça Sublime, que deu origem hoje, à famosa Raça Mangalarga Marchador. Através de muitos estudos, ele foi apurando seus conhecimentos a fim de melhorar seu rebanho, chegando inclusive a importar as melhores obras existentes na época, em Portugal e Espanha, sobre o tratamento de equídeos. Alguns desses livros são até hoje conservados com carinho na biblioteca da Fazenda Campo Grande e, de acordo com Márcio de Andrade, se o Coronel hoje vivesse em nossos dias, “ – mereceria com muito crédito o título de ‘equinólogo’ ”.

Por motivo de saúde, o Coronel Francisco Teodoro acabou não prosseguindo o seu trabalho. Em 1881 passou os destinos do criatório de Passa Tempo – Marca “F” para seu filho Gabriel Augusto de Andrade. Em 1872, Gabriel se casou com a filha de José Alves Ferreira, do então distrito de São Tomé das Letras, município de Baependi. O rebanho da Marca “F” foi então aumentando com animais de alta linhagem, também da Raça Sublime, presenteados por José Alves Ferreira a seu genro. Mais tarde, em 1910, por influência de seu filho Donato, o Coronel Gabriel de Andrade adquiriu no Sul de Minas, município de Lavras, toda a criação de Delfino Teodoro de Souza, um selecionado rebanho constituído de dois excelentes reprodutores: Javary e Rouxinol, e de 20 apuradas éguas.

Em função do grande relacionamento mantido pelo Coronel Gabriel, que fazia visitas anuais a parentes e amigos do Sul de Minas, eram feitas constantes permutas de reprodutores e oferecidos animais de presente, segundo o costume da época. Estas transações se referem às de maior vulto realizadas no período, especialmente de fêmeas, uma vez que os pequenos negócios eram feitos em grande número.

NOVOS RUMOS

No ano de 1928, os destinos da Fazenda Campo Grande mudaram novamente de condutor, pois Bolivar de Andrade, filho de Gabriel de Andrade, comprou o patrimônio e ainda metade do rebanho nela existente, mas seu pai continuou a criar até 1941. Bolivar de Andrade continuou avançando no trabalho de melhoramento da raça, sendo que em 1933, durante visita ao Sul de Minas, comprou três lotes, cada um de cinco fêmeas, dos criadores: Cel. José Braúlio Junqueira de Andrade, da Fazenda Campo Lindo; do Cel. Gabriel Fortes Junqueira de Andrade, da Fazenda Favacho; e de Otto Junqueira, da Fazenda Traituba – todos descendentes do Barão de Alfenas.

Seis anos depois, em nova visita à região, Bolivar de Andrade adquiriu mais dois lotes, também de cinco poldras, dos criadores José Otávio Carneiro, de Conceição do Rio Verde, e do Cel. José Ferreira Leite, de Caxambu. Ao herdar dos pais o amor ao cavalo, Bolivar de Andrade prosseguiu com a mesma dedicação e empenho o trabalho de seleção do rebanho Marca “F”. Por seus relevantes serviços prestados à agropecuária mineira, aliados a um incansável esforço pela conservação do Parque de Exposições da Gameleira, fundado em 1938, o nome Bolivar de Andrade passou a identificar o Parque, um dos maiores e mais antigos do país. Em 1954 ele enviou aos Estados Unidos seu filho, Márcio de Andrade, que se formou ‘MS’ em Zootecnia, especializando-se em equinos. Ao retornar, Márcio de Andrade assumiu a condução do rebanho, junto ao pai, trabalhando com afinco na grande obra de melhoramento da Marca “F”.



A Fazenda Campo Grande no ápice de sua produtividade de café, ano de 1977, dois anos antes da morte de Bolivar de Andrade. Produção 4.000 sacas

SELEÇÃO

A própria localização da Fazenda Campo Grande, em zona montanhosa, distante 9 léguas (54 kms) do leito ferroviário mais próximo, obrigou seus proprietários a manterem uma tropa excelente de trabalho, de andamento confortável e de ótimo rendimento. Isto porque o transporte de todos os visitantes procedentes dos mais distantes rincões, era feito a cavalo, até a estação ferroviária.

“ - A pureza racial obtida através do planejamento zootécnico levou o Mangalarga Marchador de Passa Tempo – Marca “F” - `a aproximação máxima do Padrão da Raça, objetivo almejado pela seleção imposta à criação a partir de 1949, quando foi criada a Associação Brasileira dos Criadores do Cavallo Marchador da Raça Mangalarga” – salienta Márcio de Andrade, afirmando que a grande uniformidade do rebanho da Fazenda Campo Grande foi conseguida através do emprego cuidadoso da consangüinidade usando a seleção drástica.

O resultado deste minucioso trabalho deu origem a um plantel com reprodutoras conhecidas em todo país, tais como:

**Grandeza de Passa Tempo (1967 – Zape x Rica),
 Jabea de Passa Tempo (1970 – Zinabre x Embolada),
 Divina de Passa Tempo (1966 – Astro x Riqueza),
 Juçara de Passa Tempo (1970 – Segundo Rio Verde x Teimosa) e, ainda, mantendo o mesmo sufixo, as matrizes:
 Mensagem (1972 – Zinabre x Boite),
 Sena (1978 – Invasor x Jacobina),
 Ordem (1975 – Desquite x Jabea),
 Paisagem (1975 - Invasor x Rica),
 Pantera (1975 - Falado x Mimosa),
 Perfeição (1975 – Zinabre x Ita),
 Queixa (1976 – Invasor x Divina),
 Referência (1977 – Nababo x Fada),
 Safira (1978 – Zinabre x Lealdade),
 Maizena (1972 - Chuvisco x Sapecta),
 Tabela (1979 – Zinabre x Ita),
 Lembrança (II Rio Verde x Embalada),
 Jurema (1970 – II Rio Verde x Enfermeira),
 Melindrosa (1972 – Chuvisco x Democracia),
 Ocupação (1974 – Astro x Esperança),
 Regência (1977 – Dileto x Jacobina),
 Jacobina (1970 – II Rio Verde x Sereia),
 Pompa (1975 – Zinabre x Predileta),
 Página (1975 – Zinabre x Lealdade),
 Propaganda (1975 – Zinabre x Fada),
 Origem (1975 - Zinabre x Pintura),
 Renúncia (1977 – Nababo x Gentileza),
 Lágrima (1971 – Falado x Xinga),
 Ura (1980 – Nababo x Juçara),
 Uraruna (1980 – Invasor x Propaganda),
 Urea (1980 – Nababo x Fada),
 Uca (1980 – Nababo x Gentileza),
 Uiara (1980 – Nababo x Cobiça),
 Versão (1981 – Zinabre x Divina),
 Violeta (1981 – Festival x Nuvem),
 Visagem (1981 – Zinabre x Ita) e
 Opereta (1974 – Astro x Jacobina),** que formam o grupo ‘Livro de Elite’ no rebanho da fazenda.



Bolivar de Andrade montando Turista de Passa Tempo. Na exposição Nacional de 1965, Belo Horizonte-MG

O plantel atual conta com 95 fêmeas, incluindo as do ‘Livro de Elite’ . e entre poldros, poldras e reprodutores, soma aproximadamente 200 animais, que recebem assistência veterinária do Dr. Homem Israel, Dr. João Biondini e do Dr. Waldemar; e atendimento zootécnico pelo próprio proprietário – Márcio de Andrade.

Ainda como exemplo de reprodutoras famosas, Márcio de Andrade cita, entre outras, que deram origem às matrizes atuais:

Campo Grande Araguaia (1938 - Aymoré x Estrêla, de pelagem baia) – “famosa pela sua marcha”; Campo Grande América (1938 – Aymoré x Inveja, de pelagem baia)– “bela e incomparável no andamento”; Campo Grande Lucélia (1948 - Capenga II x Nora, de pelagem castanha) – “feminina e bela”; Campo Grande Lanterna (1948 – Angahy-Primeiro x Boniteza, de pelagem alazã) – “perfeita, jamais aceitava qualquer ajuda do cavaleiro quando montada”; Campo Grande Jaguará (1947, de pelagem castanha) – “conhecida como a barriga-de-ouro”; Olinda de Passa Tempo (1951 - Rio Verde x Araguaia, de pelagem castanha) – “altiva e perfeita no andamento”; e, finalmente, Rica de Passa Tempo (1954 - Rio Verde x América, de pelagem castanha) –“montada, a melhor; como reprodutora, incomparável”.

Outras reprodutoras mais antigas, como: Estrêla de Passa Tempo, Inveja de Passa Tempo e Pavuna de Passa Tempo, também foram expoentes máximos da raça, em épocas anteriores.

ATUALMENTE O PLANTEL DE MATRIZES SELECIONADAS ESTÁ SENDO TRABALHADO PELOS REPRODUTORES:

- Zinabre de Passa Tempo (1960 – Il Rio Verde x Aliança)
- Invasor de Passa Tempo (1967 – Zape x Cobiça)
- Nababo de Passa Tempo (1973 – Zinabre x Pintura)
- Falado de Passa Tempo (1966 – Turista x Sabida)
- Xeque Mate de Passa Tempo (1982 - Zinabre x Canela)
- XPTO de Passa Tempo (1982 - Zinabre x Ita)
- Herdade Festival (1973 - Cadillac x Música)



Juscelino Kubitscheck montando o reprodutor Passa Tempo no Parque de Exposição de Belo Horizonte, década de 50, quando governava o Estado de Minas Gerais

“ – Graças à pureza genética racial advinda do planejamento técnico de seleção, o rebanho Passa Tempo – Marca “F” – ainda é a reserva da marcha verdadeira, fato comprovado por não existir na Fazenda Campo Grande qualquer égua que ande trotando”, garante Márcio de Andrade. Ele ainda acrescenta que:

“ – Todos os poldros, ao nascerem, soltos, só andam em marcha e os reprodutores, em qualquer eguada, transmitem o caráter da marcha verdadeira que distingue o Mangalarga Marchador das outras raças de eqüinos.”

EXPORTAÇÃO

No campo da exportação, a Marca “F” também se destaca. Na data de 1º de Abril de 1978, o jornal “O Estado de Minas” publicava uma notícia cuja manchete era:

“*Minas exporta cavalos de raça para os E.U.A.*”

e o texto, o seguinte;

“ – Minas Gerais, agora, também está exportando cavalos de raça para os Estados Unidos, através da Associação dos Criadores e Proprietários de Cavalos Passo Fino, dos E.U.A. A informação é do empresário rural Bolivar de Andrade, vice-presidente da Federação de Agricultura de Minas Gerais, que recebeu a visita de uma missão comercial norte-americana, nos últimos dias, em sua Fazenda Campo Grande, no município de Passa Tempo, quando foram vendidos 11 animais selecionados, sendo 5 da Raça Campolina, 5 Mangalarga Marchador e 1 Piquira.

O grupo importador estava integrado pelos seguintes membros: Dra. Elna White, do Texas, e presidente da Associação; Miss Rosalie Mc Willian, da Nova Carolina, secretária e responsável pelo Registro Genealógico; Miss Mary Wasdzworth, do Colorado; e Bud Brown e senhora, criadores no Arizona. Bolivar de Andrade disse que foi a primeira venda de cavalos de raças nacionais para os Estados Unidos, mas há condições para outras exportações ainda este ano.

Ele acrescentou que, além dessa exportação, já realizou outra para a Venezuela, pela qual foram negociados 2 poldros Mangalarga Marchador e outro Campolina; e que agora, está na iminência de exportar também para Melbourne, na Austrália.

Noticiou também, com muita satisfação, sua recente filiação à Passo Fino Owners and Breeders Association, Inc., onde já tem seis reprodutores e dez reprodutoras.”

Como podemos notar, há 8 anos que a Marca “F” vem sendo reconhecida internacionalmente pelas suas características peculiares, que são: beleza, comodidade, resistência e agilidade.



Turista de Passa Tempo, ainda potro em 1958, quando completou 20 meses de idade



Turista de Passa Tempo, aos 6 anos de idade, em 1963

CAPELAS E CAPELÃES – O PESO E O PODER DA IGREJA NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL

INTERNET/DIVULGAÇÃO

Desde os primórdios da colonização, as capelas, por mais rústicas, mais afastadas, representavam o núcleo central da vida dos moradores nos antigos povoadamentos, vindo elas dar origem a muitos arraiais e vilas da região e de todo o País. Contavam elas, geralmente, com a assistência de algum sacerdote, dispondo este de poder religioso e temporal quase absoluto. Eram eles ali representantes da “fé, lei e rei”. Em torno das capelas, reuniam-se as pessoas, criavam-se relações e laços de sociabilidade, fortalecia-se e desenvolvia-se a povoação, fixando/ajustando comportamentos dentro dos valores religiosos da época. Usufruíam as capelas e jurisdições religiosas de alguma - senão considerável autonomia - em entrosamento com o poder administrativo-real, funcionando, em suma, como unidades, instrumentos e extensões de poder. Enfim, a vida civil, social, política, religiosa, quicá econômica, da comunidade girava em torno da capela ou paróquia.

Até eleições (de 1º grau), para funções de vereador, juiz de paz eram conduzidas pelos párocos, eles próprios, geralmente, os presidentes da junta paroquial⁽¹⁾, os quais divulgavam os editais da eleição, realizando-se as votações na Igreja. Os padres, na condição de ativos agentes sociais, acompanhavam a origem e o crescimento dos arraiais, interferindo, na verdade, ostensivamente, no dia-a-dia dos moradores e comunidade. Mantinham os padres, mesmo os colados (que eram funcionários do Estado) uma diversidade de funções, inclusive econômicas, sendo a maioria deles - ao lado das atividades da capelania -fazendeiros, mineradores, garimpeiros, boticários, administradores de créditos (muitas vezes, um eufemismo para agiotas), educadores e até contrabandistas⁽²⁾. Dada a inexistência, então, de escolas públicas e sequer privadas nas pequenas povoações, credita-se a muitíssimos párocos a magnanimidade, esforços e cuidados no ensino das primeiras letras, ao lado de noções de aritmética, sistema métrico, moral cristã às jovens gerações de seu tempo.

Autores observam que, até 1830, a Igreja no Brasil, salvo reduziadas exceções (nessas incluídas, em parte, a diocese de Mariana, criada em 1745), ainda não se adequara aos princípios do Concílio de Trento, acolhendo considerável número de sacerdotes seculares despreparados, sem uma consistente formação ou habilitação religiosa-doutrinária. Isso se devia, em parte, pela grande extensão territorial da província, existência de poucas dioceses e ainda assim, muitas delas vacantes (sem bispos), ao lado da insuficiência de recursos e investimentos. Vários seminários eram mantidos por ricos comerciantes, com objetivos de educação de seus filhos, muitos destes sem a mínima vocação religiosa. O ingresso na carreira eclesiástica, porém, significava ascensão social, econômica e mesmo política. Daí, uma considerável parte dos candidatos (seminaristas) buscaram fazer carreira pública e obter cargos e empregos remunerados. A reforma do clero mineiro se efetivaria, contudo, a partir de 1853, por D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1875), com apoio e influência dos padres lazaristas, objetivando a implantação dos preceitos



do Concílio de Trento (1545-1563). D. Viçoso desenvolveu, para tanto, amplos e inextinguíveis esforços, por meio de exortações, homilias, visitas pastorais⁽³⁾ e suspensão de muitos religiosos, objetivando combater casos latentes de amasiamento, concubinato com filhos e ilicitudes morais cometidas por sacerdotes e freiras.

Há que se enfatizar que o Rei, na condição de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, cobrava dízimos, com a finalidade específica de formação religiosa e a remuneração do clero colado. Os valores, porém, eram escamoteados/desviados para pagamento de funcionários públicos, governadores etc. Não é a mesma atitude dos governantes de nosso tempo (cobrança de CPMF, compulsório da gasolina, impostos exorbitantes de toda ordem?!).

Não havia interesse da Coroa em ampliar o número de paróquias coladas ou de criação régia, pois isso implicava em gastos para a Coroa, com pagamento e remuneração - as denominadas côngruas - aos padres colados. Os padres independentes, por sua vez, se sustentavam precariamente, através de dízimos recolhidos junto aos fiéis (conhecenças) ou tinham, então, como já foi observado, que se dedicar às atividades mercantis (fazendas, minerações etc.)⁽⁴⁾. Assim, muitos deles exerciam empreendimentos econômicos, de forma autônoma, dedicando-se a várias modalidades de negócios e ofícios lucrativos, como fazendeiros, mineradores, mestres. Bem relacionados, usufruindo de larga rede social, participavam de festas populares, eventos familiares e coletivos e alguns deles, até com família constituída.

A partir de 1840, como vimos, reformas instituídas pela Igreja, dentre elas a restauração do celibato, a implantação de seminários episcopais, a criação de colégios educacionais para mulheres, visitas pastorais no âmbito das dioceses, a realização de missões - contando, para esse fim, com os padres lazaristas e jesuítas - contribuíram para o saneamento paulatino do clero mineiro.

NOTAS

(1) As juntas paroquiais eram a mesa diretora, sob a coordenação do presidente da Câmara, quem coordenavam as eleições, a fim de escolher os eleitores paroquiais, que, por sua vez, tinham a função de eleger os políticos (deputados) para as assembleias provincial e nacional. Só podiam votar os indivíduos (homens) maiores de 25 anos, livres, detentores de renda líquida anual superior a 200 mil réis. Estavam excluídos da votação as mulheres menores de 25 anos, os filhos-família (que moravam com os pais e/ou deles dependiam economicamente), os religiosos enclausurados, os que tinham renda líquida anual abaixo de duzentos mil réis (art. 94, da Constituição Imperial de 1824)

Geralmente, as juntas paroquiais eram compostas por sacerdotes. Segundo Françoise Jean de Oliveira Souza em sua tese de doutorado “Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado nacional brasileiro -1823-1841” (R. Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010, pág. 48), “ao presidir a junta de qualificação dos votantes, os padres tornavam-se a chave da eleição”, tendo condições de decidir sobre o resultado dessas juntas em prol de seus grupos políticos. Grande número de padres, ao lado da religião, atuavam diretamente nos assuntos de cunho

social, político e econômico. Conservavam um poder quase absoluto, dada a sua condição de letrados, detentores das funções eclesiásticas e consequente distinção social daí advinda(s). Dessa forma, o elevado número de padres ocupando funções políticas (vereadores, deputados, senadores) e paralelas (mestres educadores, médicos, comerciantes de medicamentos, boticários, criadores de gado, mineradores, donos de engenhos de açúcar etc.), o que lhes aumentava, sem dúvida, o prestígio para ascensão a cargos eclesiásticos, a nível do cabido, como os de cônego e até bispo. Muitos destes religiosos utilizavam-se, em razão do padroado e dada a sua condição de funcionários do Estado, de suas funções e cargos para granjear honrarias, privilégios e benesses temporais.

(2) Os sacerdotes, via de regra, compunham a elite econômica, cultural e política da época, exercendo o magistério, a advocacia, atividades políticas (na condição de membros das câmaras municipais, envolvendo-se, muitos deles, ademais, em inúmeros movimentos rebeldes, mormente entre 1789 e 1842).

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (“A construção da ordem: a elite imperial: teatro de sombras”, pág. 167), os padres, sobretudo os

mais letrados, foram notáveis expoentes do pensamento radical brasileiro, entre o final do séc. XVIII e meados do séc. XIX, propugnando pelo ideário das revoluções francesa e americana, na luta contra o absolutismo e o colonialismo e na defesa das liberdades políticas e democráticas. (Ver matérias em nossos boletins nº CXV, abril/2017 e nº CIII - abril/2016, sobre as figuras de Pe. Toledo e Pe. Marinho, com atuação em nossa região, ao ensejo, respectivamente, da Inconfidência Mineira e da Revolução Liberal de 1842).

(3) D. Antonio Ferreira Viçoso realizou visitas pastorais ao então Curato de São Tiago nos anos de 1851 e 1854. (Ver matéria “Visitas pastorais apostólicas” em nosso boletim nº LXXIII, outubro/2013)

(4) Muitos sacerdotes agiam de forma informal em seu espaço de sociabilidade e dignidade, com códigos e valores de conduta, porém, nem sempre congruentes com a ordem tridentina ou as normas político-constitucionais vigentes. Fala-se na precariedade da formação eclesiástica e no fato de que os padres, misturados a leigos, assumiam papéis pessoais e públicos alternativos.

“Os padres do Brasil Colonial pouco se distinguiram de seus fiéis no dia a dia. Além do envolvimento com as questões de natureza temporal,

não raro podiam-se ver padres sem o hábito sacerdotal, participando de festas profanas, amasiando-se e criando filhos. Esta proximidade dos padres com a vida cotidiana da população fez com que eles acabassem compartilhando dos mesmos problemas, demandas e sentimentos de seus fiéis. Consequentemente, os padres tornavam-se aptos a assumirem o papel de porta-vozes do povo, transformando-se em líderes populares em potencial” (Françoise Jean O. Souza – “Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro – 1823-1841” Rio de Janeiro, UERJ, 2010, p. 46).

Viajantes estrangeiros como o cientista Saint Hilaire, adentrando o interior do País, opinaram que o grande problema da existência de padres políticos, alguns de vida

mundana e violenta, é que “nenhuma vigilância poderia ser exercida sobre o clero desta parte do Brasil” dada a distância da sede do bispado. “Os padres podem impunemente seguir os exemplos dos leigos que os rodeiam e sua conduta não poderia deixar de reagir em seguida sobre estes últimos” complementa Saint Hilaire (“Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás” vol. 1, S.Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944, pp. 204/205).

Outro viajante, Johann Emanuel Pohl, faz idênticas observações: “...o clero numeroso, exclusivamente nativos da cidade” possuindo “muitos bens de raízes”, dedicando-se em geral a “atividades econômicas” (“Viagem ao Interior do Brasil” B. Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976, p. 102)



JURISDIÇÕES ADMINISTRATIVA E ECLESIAÍSTICA A QUE ESTEVE SUBORDINADO O ATUAL MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO

São Tiago, em seus primórdios, esteve ligado às jurisdições administrativas das Vilas de São José Del-Rei (Tiradentes)⁽¹⁾, São João Del-Rei⁽²⁾ e posteriormente a Bom Sucesso. A vila de São José Del-Rei teve sua origem, em inícios do séc. XVIII, por volta de 1702/1704, quando os primeiros moradores, homens que ali se estabeleceram para fins de mineração, tendo sido erguida pequena capela em honra a Santo Antonio. Com o surgimento do “Arraial Novo” (São João Del-Rei), por volta de 1705, elevado a vila em 1713, para diferenciar os dois núcleos mineradores, São José Del-Rei passou a ser considerado o “Arraial Velho”, que viria a adquirir autonomia político-administrativa em 1718, quando ai foram instaladas, por decisão do Conde de Assumar, a câmara e o pelourinho.

A povoação da capela de São Tiago e Sant’Ana pertenceu à Vila de São João Del-Rei, sendo capela filial até 1825. Por alvará imperial de 29/08/1825, foi desligada de São João Del-Rei e incorporada à Capela de Nossa Senhora de Bom Sucesso, elevada então à condição de paróquia. Já em 20/10/1849, pela Lei mineira nº 452 – que restaurou a vila de São José Del-Rei – a capela de São Tiago foi desmembrada de Bom Sucesso e incorporada à Paróquia de Nossa Senhora da Penha de França da Laje (Resende Costa)⁽³⁾. A 16/06/1855, nos termos da Lei nº 727, a freguesia

de São Tiago era canonicamente instalada, sendo o Pe. José Mendes dos Santos – que, desde 1824 exercia as funções de capelão – assumido a condição de pároco⁽⁴⁾. A 15/07/1872, pela Lei mineira nº 1883, São Tiago era desmembrado do Município de São João Del-Rei (assim como São João Batista, atual Morro do Ferro era desmembrado do município de Oliveira), ambos estes distritos unidos/reincorporados ao de Bom Sucesso, para a constituição deste município (Bom Sucesso), judiciariamente pertencente à Comarca do Rio das Mortes. A Comarca de Bom Sucesso, por sua vez, viria a ser criada pelo Decreto nº 314, de 07/01/1891.

São Tiago, na condição de distrito, pertenceu administrativamente a Bom Sucesso até 1948, quando pela Lei nº 336, de 27/12/1948, foi criado o município de São Tiago, festiva e devidamente instalado dia 01/01/1949.

A paróquia de São Tiago, por sua vez, pertenceu à Diocese de Mariana até 11/02/1921 quando, em 01/02/1924, passou a integrar a Diocese de Belo Horizonte. A 20/12/1941, com a criação da Diocese de Oliveira, São Tiago passou a compor a recém-criada Diocese de Oliveira, condição que persiste até os dias atuais.

(Fonte: Marcus Antonio Santiago - “A história da diocese de Oliveira”, Ed. Imprensa Oficial de M. Gerais, 2012).

NOTAS

(1) Em inícios do séc. XIX, São Tiago, ao lado de inúmeros arraiais da região, aparece jurisdicionado à Câmara da Vila de São José Del-Rei, conforme dados existentes no Arquivo Público Mineiro, mencionados por Waldemar de Almeida Barbosa em seu “Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais”, BH, Ed. Itatiaia, 1995, p. 510. A vila de São José Del-Rei chegou a ser suprimida pela Lei nº 360 de 30/09/1848, que a incorporou ao município de São João Del-Rei, sendo, porém, restaurada em 1849 (Waldemar de Almeida Barbosa – Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, p. 351).

Segundo Maria Marta Araújo em “Museu da Liturgia, pesquisa histórica” (B. Horizonte, ProCittá, 2011, p. 22), citando Johann Tschodi, “A província brasileira de Minas Gerais”, em 1858, o município de São José Del-Rei tinha em sua sede, 3.000 habitantes e as seguintes freguesias: Santa Rita do Rio Abaixo, Laje, São Tiago, Prados e Lagoa Dourada.

“O distrito de São Tiago foi fundado em junho de 1761 (sic), elevado a freguesia em 1855 pela lei 727 de 16 de maio. Desmembrou-se de Bom Sucesso apenas em fins de 1948. Segundo os registros que declaram extensão, São Tiago possuía 28.319 hectares. De acordo com o censo de 1831, possuía população equivalente a 1154 pessoas, distribuídas em 130 fogos, sendo que a população mancipia contabilizada (646) suplantava em número a livre (508). É interessante perceber que a metade de seus habitantes (55,98%) eram escravos” (Keila Cecília de Melo – “Senhores e possuidores – estrutura fundiária – unidades rurais pro indiviso e mercado de terras em Minas Gerais – São José do Rio das Mortes c. 1830 c. 1856” UFSJ, 2015).

(2) A Tomé Portes Del-Rei, taubateano radical na região, instalou o local “Porto Real da Passagem”, entre o final do séc. XVII e inícios do séc. XVIII, foi conferido o direito de cobrança de taxa pela travessia do Rio das Mortes. Ante a descoberta de veios auríferos nos morros adjacentes, desenvolveram-se, quase que concomitantemente, dois núcleos mineradores: o Arraial Velho do Rio das Mortes (também chamado de Santo Antonio da Ponta do Morro) hoje Tiradentes e o Arraial Novo do Rio das Mortes que, em 1713, passou à categoria de vila, sob o nome de São João Del-Rei, em homenagem ao rei português D. João V.

Ambos os arraiais, por força da notável riqueza aurífera, conheceram amplo surto de progresso, tornando-se, ademais, reconhecidos centros culturais. A Capitania de Minas Gerais, já em 1720, desliga-se da Capitania de São Paulo, atrairdo denso, efervescente número de povoadores, a maioria aventureiros e contando em 1738 cerca de 300.000 habitantes.

(3) Em sua tese “Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX”, BH, UFMG, 2015, a pesquisadora Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho, ao periodizar as (sete) fases da expansão urbana na comarca do Rio das Mortes, inclui São Tiago – em função das fundações eclesiais e civis – na denominada 5ª onda (1808-1849) com a informação “Vila de São Tiago, desmembrada de Tiradentes 1832” (pp. 196, 198, 202, 203). A autora enquadra ainda São Tiago na chamada 6ª onda de expansão urbana da Comarca (1850-1869) dada a fundação da rede eclesial, no nosso caso, a instalação da paróquia em 1855 (p. 208).

(4) Segundo Augusto das Chagas Viegas em sua “Notícia Histórica do Município de São Tiago”, pp. 13/14, a capelania de São Tiago – capela instalada por volta de 1761 – teve como capelães os seguintes sacerdotes: 1º capelão – Pe. Bento Francisco Ribeiro, de janeiro de 1764 a setembro de 1779 (tendo, como substituto, por algumas vezes, o Pe. Joaquim Pinto da Silveira); 2º capelão – Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro, de fins de 1779 a julho de 1791 e que prestaria ainda, por vezes, sob licença, assistência aos fiéis locais entre 1805 a 1816; 3º capelão – Pe. Francisco Rodrigues Pacheco, de meados de 1791 a 1799 (Pe. Francisco Rodrigues serviu a capelania, igualmente, sob licença, nos anos de 1800 a 1802) Contou ainda a capelania, sob licença, nesse e em períodos subsequentes, com os serviços de Pe. Antonio Ferreira de Sampaio, de junho a agosto de 1799, Pe. João Peixoto do Amaral em 1802 e Pe. Joaquim Tomaz Ribeiro, anos de 1803 e 1804); 4º capelão – Pe. Francisco Antonio Fernandes Almondes, que exerceu, sob licença, as funções entre 1816 a 1819 e de 1820 a 1821 como titular; 5º capelão e 1º pároco – Pe. José Mendes dos Santos de 1824 a fevereiro de 1868, quando faleceu. Com a criação da freguesia de São Tiago em 16/05/1855, Pe. José Mendes tornou-se, como vimos, o 1º vigário da paróquia de São Tiago. “Em 1824, já é capelão de São Tiago o Pe. José Mendes dos Santos, de tradicional família desta região, que, por espaço de quarenta e quatro anos, isto é, até fevereiro de 1868, em que faleceu, foi o guia espiritual de seus jurisdicionados. Foi, pois, dentro de seu período (16 de maio de 1855) que São Tiago passou a freguesia, sendo, portanto, ele seu primeiro vigário” (Viegas, p. 14).

LEIS MINEIRAS

- Lei nº 452 de 20 de outubro de 1849

Art. 1º - Fica restaurada a Villa de São José Del-Rei da comarca do Rio das Mortes, para onde serão desde já transferidos o Archivo Municipal e cartório, fazendo parte desse Município a Parochia de São José, as de Prados, Lagoa Dourada, sendo esta incorporado o districto de São Tiago, da Parochia de Bom Sucesso, que continua a pertencer ao termo de São João Del-Rei.

- Lei nº 727 de 16 de maio de 1855

Lei que eleva à freguesia o districto de São Tiago no município de São José.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente da Província de Minas Gerais, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica elevado à freguesia o districto de São Tiago no município de São José, tendo por limites os do mesmo districto.

LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES E DADOS BIOGRÁFICOS DE ALGUNS SACERDOTES QUE ATUARAM NA CAPELA DE SÃO TIAGO

• **Pe. BENTO FRANCISCO RIBEIRO** – Segundo Augusto Viegas, “...o primeiro sacerdote que se tem notícia na capela de São Tiago Maior e Sant’Ana como se verifica em livros de registros de batismos, de casamentos e de óbitos da Comarca Eclesiástica de São João Del-Rei, para onde os capelães de toda essa, então, vasta circunscrição remetiam os respectivos assentamentos, é o Padre Bento Francisco Ribeiro, que desde janeiro de 1764 até setembro de 1779, como capelão, desempenhou as funções de seu alto magistério...” (“Notícia Histórica do Município de São Tiago” p. 13).

Uma curiosidade: Pe. Bento Francisco Ribeiro foi padrinho de batismo em 05/01/1791 na capela de São Tiago, de João, filho de Francisco Nunes da Costa e Francisca Rosa de Nazaré. Madrinhã – Maria Madalena, solteira (Projeto Compartilhar – Paes Godoy dos Passos)

• **Pe. JOÃO PEIXOTO DO AMARAL (E MAGALHÃES)**, que atendeu a paróquia de São Tiago por volta de 1802, era filho do Cap. João Peixoto do Amaral e D^a Ana Barbosa de Magalhães. Foi batizado aos 30/09/1759, na Matriz do Pilar em São João Del-Rei, sendo padrinho José Antonio Freire Gomes de Andrade, governador da Capitania de Minas, representado por seu bastante procurador Manoel Caetano Monteiro, da freguesia de S. João Del-Rei. O oficiante da cerimônia de batismo foi seu tio materno, Pe. Joaquim Pinto da Silveira. Em 1788, requereu habilitação para as ordens sacras de Mariana; foi o 3º testamenteiro de seu tio materno, Pe. Joaquim Pinto da Silveira.

O pai homônimo, Cap. João Peixoto do Amaral era natural da freguesia de Santa Maria do Souto, Concelho de Guimarães, arcebispo de Braga, onde foi batizado aos 23/08/1717, filho de Domingos Peixoto do Amaral e Ana de Macedo, naturais da vila de Guimarães, arcebispo de Braga, Portugal.

A mãe, D^a Ana Barbosa de Magalhães, foi batizada aos 12/05/1727 na Capela de S. Miguel de Caxambu, filha do Cap. Joaquim Pinto de Magalhães e Maria Barbosa da Silveira. O casal (Cap. João Peixoto e Ana Barbosa) se consorciou na Matriz de N. Senhora do Pilar aos 30/09/1749. (Fonte Projeto Compartilhar – Joaquim Pinto de Magalhães).

• **Pe. JOAQUIM PINTO DA SILVEIRA**, que atendeu esporadicamente a paróquia de São Tiago entre 1764 e 1779, era natural de São João Del-Rei, onde foi batizado aos 18/04/1735, filho do Cap. Joaquim Pinto de Magalhães e D^a Maria Barbosa da Silveira e Matos (1), residentes em São Gonçalo, freguesia de São João Del-Rei. Foram seus padrinhos de batismo: Manoel Ferreira Braga e Jacinta Bernarda da Conceição.

Em 1758, requereu habilitação ao sacerdócio. Seu testamenteiro foi seu tio Cap. Leandro Barbosa da Silveira. Pe. Joaquim faleceu em São João Del-Rei, com testamento aberto aos 16/10/1794. Morava na rua do Rosário e era proprietário da chácara do Matol, onde tinha escravos. Seu inventariante-testamenteiro foi o Alf. Manoel Pinto de Magalhães, tendo deixado como testamenteiros em 1º lugar o tio Cap. Leandro Barbosa da Silveira; em 2º lugar seus irmãos, o guarda-mor João Pinto de Magalhães e o Alf. Manoel Pinto de Magalhães; em 3º lugar os sobrinhos Pe. João Peixoto do Amaral e o irmão Antonio Peixoto do Amaral.

(Fontes: De Genere – 1758 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Projeto Compartilhar – Joaquim Pinto de Magalhães).

NOTAS

(1) O Cap. Joaquim Pinto de Magalhães era filho de João Pinto de Magalhães e D^a Maria Pinto, ambos da freguesia de Santa Eulália de Constance, comarca de Penafiel, bispado do Porto, Portugal: D^a Maria Barbosa da Silveira e Matos foi batizada no Rio de Janeiro aos 22/12/1710, filha de Amaro da Silveira e Máxima Pinto Pereira. Joaquim Pinto e Maria Barbosa casaram-se na matriz do Pilar em São João Del-Rei aos 30/05/1726, tendo os filhos: I – João Pinto de Magalhães; II – Teodora Barbosa de Magalhães; III – Ana Barbosa de Magalhães; IV – Manoel Pinto de Magalhães; V – Joaquim Pinto da Silveira (Padre): V – Inácio.

• **Pe. JOAQUIM TOMAZ RIBEIRO** – era filho – o 8º dentre os 11 - de José Ribeiro de Miranda e D^a Maria Antonia de Santa Rosa. Aparece como padrinho de batismo de seu sobrinho Fernando José Rodrigues Rego, batizado aos 30/09/1790 na Matriz de S. José Del-Rei e como 2º testamenteiro de seu tio materno Antonio de Fraga Pimentel. Irmão de outro sacerdote, Pe. João Tomás Ribeiro de Miranda, o 9º da família, que, por seu turno, aos 17/10/1792, aparece como padrinho do sobrinho João (filho de sua irmã Maria Antonia Tomasia de Miranda c/c Dr. José Antonio Rodrigues Rego) e ainda 3º testamenteiro de seu tio materno Antonio de Fraga Pimentel.

O pai, José Ribeiro de Miranda, nasceu na freguesia de Santo Estevão de Via Longa, Patriarcado de Lisboa, filho de Domingos Ribeiro de Miranda e Joana Maria. A mãe, Maria Antonia de Santa Rosa, era natural da Ilha das Flores, Bispado de Angra, filha de Pascoal Fraga Coelho e Maria Pimentel de Mesquita (ou de São João), ambos naturais da freguesia de Santa Cruz da Ilha das Flores. (Fonte: Projeto Compartilhar – José Ribeiro de Miranda).

Sobre o **Pe. JOSÉ MANUEL DA ROSA RIBEIRO** (1740 - 1826) abordaremos em um próximo número.

GLOSSÁRIO/VERBETES

• **Alto Clero** – correspondia aos bispos e dignatários da Igreja

• **Baixo Clero** – correspondia aos párocos, capelães. Ligados ao bispado, eram, todavia, considerados funcionários da Coroa, portanto submetidos à autoridade do Rei de Portugal (ou Imperador, após a Independência). Recebiam pagamentos da Coroa, as denominadas cõngruas, atuando na administração obrigatória de casamentos, batismos, confissão, missa dos defuntos.

• **Câmara Municipal** – era(m) uma extensão do Poder Real, que se fazia presente em toda a extensão do Império Português e Império, harmonizando as relações entre Estado e a realidade local, garantindo, dessa forma, a autoridade e o prestígio político do Rei. Representava (a Câmara) a administração colonial e, posteriormente a imperial, cuidando dos assuntos relacionados ao cotidiano da população – resolução dos problemas da vila, condições de vida e abastecimento de viveres, higiene, transporte, funções judiciais etc. As Câmaras administravam e estruturavam seus atos através das chamadas “posturas”, fórmula que chegaria até os nossos dias.

• **Capibido** – era uma espécie de conselho do bispado, cujos membros poderiam substituir o bispo; corpo governante administrativo diocesano

• **Capela curada** – era aquela servida por um cura (sacerdote auxiliar do vigário da paróquia), com território desmembrado da paróquia e com autonomia no exercício das atividades e funções pastorais

• **Capelanía** – cargo, dignidade ou benefícios de capelão

• **Capelão** – sacerdote auxiliar, encarregado das atividades pastorais e sacras de uma capela ou comunidade de fiéis, subordinado ao vigário

• **Clero regular** – integrado por ordens religiosas masculinas, como capuchinhos, franciscanos, beneditinos, jesuítas, carmelitas, oratorianos etc. Dedicavam-se à evangelização, catequese, pregação. Embora mantidos pelo padroado régio, buscaram livrar-se da dependência oficial, instituindo patrimônio próprio (mosteiros)

• **Cõnego** – clérigo privilegiado, apto a influenciar nos assuntos da diocese

• **Confessional** – práticas próprias de uma confissão (religião) específica ou ainda a religiões de mesma origem, como a cristã.

• **Cõngrua** – pensão ou provento oficial concedido aos párocos para sua conveniente sustentação

• **Devassa** – inquérito de natureza judicial ou religiosa, no intuito de apurar ações criminosas ou ainda coligar provas processuais de ato criminoso.



• **Escrituras de perfilhação (ou perfilhamento)** – escritura pública de reconhecimento voluntário e legal de filho ilegítimo

• **Freguesia** – povoação sob o aspecto eclesiástico; conjunto de paróquias

• **Juiz de órfãos** – autoridade judiciária, no período colonial-imperial, em vilas com mais de 400 moradores. Cargo criado pelo rei D. João (1709-1711) e que tinha como funções o encaminhamento de expostos (órfãos) para os serviços de tropas, o aprendizado de ofícios, cuidados para com seus interesses (casos de herança e outros). A partir de 1832, o cargo foi implantado em todas as comarcas, mediante disposições provisórias.

• **Mesa de Consciência e Ordens** – era um departamento, criado em 1808 (diríamos hoje um ministério ou secretaria especial), subordinado diretamente ao rei, ocupando-se dos assuntos religiosos e do clero, como o provisionamento de cargos de párocos e bispos, manutenção do culto, desmembramento de freguesias e dioceses, autorização para construção de capelas etc.

• **Missa nova** – expressão que designava a primeira missa oficiada pelo sacerdote, quando de sua ordenação.

“Certifico que o Reverendo Suplicante José Manoel da Rosa Ribeiro disse a sua missa nova em direito aos vinte e nove de janeiro de 1764, o que ser por assistir a dita função e se necessário o assino in verbo parochi” (Arquidiocese de Mariana - De Genere Vita et Moribus de Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro, fls. 84)

• **Orador sacro** – pregador; religioso que pronuncia sermões

• **Padre colado** – era aquele nomeado pela Coroa ou Império, com status ou cargo de funcionário público, tendo direito à cônica (salário pago pelo Estado), investido de direitos que lhe asseguravam autonomia financeira

e material. Era, contudo, sujeito ao bispo, vivendo numa paróquia colada.

• **Padre (vigário) encomendado** – era aquele designado pelo bispo para dirigir uma paróquia. Não recebia cônica, vivendo de taxas de concessões e esmolas (“pés de altar”), portanto em situação material instável, sem vencimentos fixos e sujeito a sucessivas transferências

• **Padre regular** – aquele que esta(va) dentro de uma regra de vida ou seja religioso

• **Padre secular** – designava o eclesiástico que participava do “século” ou seja da vida e mundo civil (ai considerada sob seus aspectos materiais, profanos, utilitários) em oposição àqueles sacerdotes pertencentes a uma ordem religiosa; também chamado de “padre diocesano”

• **Padroado** – direito real e honorífico, no antigo regime português, que conferia direitos eclesiásticos ao fundador, edificador ou dotador de uma igreja – extensivo aos seus herdeiros - de indicar o clérigo para a aprovação do bispo

• **Proselitismo** – valorização doutrinária, por vezes exagerada ou constritiva, de uma religião específica

• **Vigaria (ou vigairaria)** – cargo ou condição de vigário; povoado ou arraial pastoreado por um vigário

• **Vigário de Vara** – espécie (ou representante) de juiz eclesiástico, responsável por ações/processos de caráter religioso e de supervisão de um distrito. Era subordinado ao vigário geral.

• **Vigário Geral** – juiz eclesiástico, geralmente um doutor em direito canônico ou bacharel, a quem competia averiguar o cumprimento das Constituições Primeiras do Arcebispado. A ele, subordinava-se o vigário da vara.

ALGUMAS EFEMÉRIDES - CAPELA DE SÃO TIAGO MAIOR E SANT'ANA

02/12/1761 – Provisão de Dom Frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, concedendo licença aos aplicados (moradores) das terras situadas entre os Rios do Peixe e Jacaré e suas vizinhanças para a construção de capela com a invocação de São Tiago Maior e Sant'Ana. (Livro de Registro Geral da Curia Metropolitana de Mariana, fls. 21).

20/04/1762 – Câmara da Vila de São José Del-Rei dirige pedido a S.M. Dom José I, solicitando a instalação de “Companhia de Ordenanças de Pé” no “dilatado sertam” da “Capella de Senhor São Tiago, da freguezia de Nossa Senhora do Pilar, do Termo desta Villa de Sam José, Comarca do Rio das Mortes” “para evitar que, por esta parte, se desencaminhe ouro em fraude do Rial quinto de Vossa Magestade (...) e auxiliar as justiças para conservarem aquelles moradores na devida obediência da lei...”.

15/06/1763 – assentamento no Juizo Eclesiástico da Diocese de Mariana, assinado pelo Cônego Inácio Correa de Sá e Mons. Júlio de Paula Dias Bicalho, secretário do bispado e escrivão da Comarca Eclesiástica, constando que “se encontrando livre de qualquer encargo a doação para patrimônio da Capela de São Tiago Maior e Sant'Ana, que é feita sem prejudicar a terceiros e que os bens valem e rendem quantia suficiente para sua manutenção, julgo bom o dito patrimônio, que aceito para a referida Capela e mando que para título se passe sentença”.

12/09/1765 – O Capitão-General Luiz Diogo da Sylva, Governador da Capitania de Minas Gerais, concede “aos aplicados da Capela de São Tiago Maior e Sant'Ana, sita entre o Rio do Peixe e o do Jacaré, termo da Villa de São José, Comarca do Rio das Mortes, de São João Del-Rei (...) hua sesmaria de trez legoas de comprido e hua de largo ou trez de largo e hua de comprido ou legoa e meya em quadra por ser certo de criar gado vacum e cavalari...” (Código 140, fls. 137 a 138v, do Arquivo Público Mineiro – apud Viegas) Ver matéria, a esse respeito, em nosso boletim nº CXX, setembro/2017.

01/06/1766 – Domingos da Costa Afonso e sua mulher, D^a Maria de Almeida e Silva, fazem doação à Capela de São Tiago Maior e Sant'Ana, de cinco capões de matos compreendidos em uma sesmaria, em escritura lavrada em notas do tabelião Antonio Francisco Pimenta, na Vila de São João Del-Rei.

(Sobre Domingos da Costa Afonso ver matéria em nosso boletim nº CV, junho/2016).

Outubro/1824 – Nas anotações das “Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade” (1821-1825), bispo de Mariana, que percorrerá, então, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João Del-Rei encontramos a seguinte referência: “A Capela de São Tiago dista da matriz 7 léguas e da de Santa Rita 4. Tem 741 almas; nesta aplicação tem uma ermida pública na fazenda das Laranjeiras. Crismaram-se 1016” (p. 238) Na mesma obra, capítulo “Referências históricas das freguesias, igrejas, capelas e ermidas”, lê-se: “Capela curada de São Tiago – a edificação foi erigida por provisão de junho de 1761, a pedido dos moradores da região do rio do Peixe e Jacaré.

Elevada a freguesia em maio de 1855. É exemplar demolido, substituído por templo construído em 1922. O antigo arraial do Rio do Peixe e Jacaré é hoje o município de São Tiago” (p. 383).

29/08/1825 – Alvará Imperial desliga a Capela de São Tiago da freguesia de São João Del-Rei, para juntamente com as capelas de Bom Sucesso e Santo Antonio do Amparo constituírem a Freguesia de Bom Sucesso.

20/10/1849 – Lei mineira nº 452, que restaurou a Vila de São José Del-Rei (Tiradentes) desmembra a capela de São Tiago de Bom Sucesso, incorporando-a à Paróquia da Lage (Resende Costa).

16/05/1855 – Lei mineira nº 727 eleva o distrito de São Tiago à categoria de freguesia.

“Em 1824, já é capelão de São Tiago o Pe. José Mendes dos Santos, de tradicional família desta região, que, por espaço de quarenta e quatro anos, isto é, até fevereiro de 1868, em que faleceu, foi o guia espiritual de seus jurisdicionados. Foi, pois, dentro de seu período (16 de maio de 1855) que São Tiago passou a freguesia sendo, portanto, ele seu primeiro vigário” (Viegas, p. 14).

1861 – Desabamento do frontal da Igreja Matriz, cem anos após sua construção, sendo o mesmo recomposto parcialmente sob a gestão do pároco de então, Pe. José Mendes dos Santos. No “Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais”, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, pág. 418, tópico “São Tiago”, elaborado por Antonio de Assis Martins, acha-se registrado: “Em 1861, desabou o frontal da igreja matriz e foi necessário reconstruir toda a frente da igreja; até agora não se concluiu a obra por ter a fábrica ficado alcançada em 530\$430” Essa nota do Almanaque confirma uma antiga tradição oral, de que o templo, à época do desabamento de sua frente, durara intacto cem anos, edificado por volta de 1761, decerto com bases sólidas, sob a competente gestão do arquiteto e construtor português Manoel Marques de Carvalho.

15/07/1872 – Lei nº 1883 (re)incorpora a freguesia de São Tiago ao município de Bom Sucesso, permanecendo, contudo, subordinada judicialmente à Comarca do Rio das Mortes, o que perduraria até 07/01/1891, quando pelo Decreto nº 314 foi criada a Comarca de Bom Sucesso.

1902 – Demolição da Igreja Matriz pelo pároco Pe. Antonio Correia Lima. A reconstrução do templo só seria concluída em 1922, na gestão paroquial de Pe. José Duque de Siqueira (Viegas, pp. 15 e 85).

11/02/1921 – A freguesia de São Tiago passa a integrar a Diocese de Belo Horizonte, então criada pelo Papa Bento XV (Bula “Pastoralis Solicitudi”), sendo nomeado seu primeiro bispo o Rev^m Dom Antonio dos Santos Cabral. Belo Horizonte seria elevada à condição de Arquidiocese em 01/01/1924 (Bula “Ad Munus Nobis”).

20/12/1941 – São Tiago passa a pertencer à Diocese de Oliveira, então criada pelo Papa Pio XI (Bula “Quo Uberiores Fructus”), sendo Dom José Medeiros Leite, nomeado como seu titular, condição que persiste até os dias atuais.

SAULO GUGLIEMELLI



Jacarandira é um distrito de Resende Costa, localizado entre a Serra da Galga e a Serra do Segredo. Dista 40 km da sede do município.

SAULO GUGLIEMELLI

O distrito é conhecido regionalmente por ser palco da festa dos Três Santos (Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário e o padroeiro São Sebastião) e pela Festa da Colheita do Milho, com desfiles de carros de bois e diversas atrações. (foto abaixo).



SAULO GUGLIEMELLI

Grande destaque do local é a Banda Lira São Sebastião. A Cachoeira de Jacarandira, a Fazenda Salva Terra, a Igrejas de São Sebastião e a Capela de Nossa Senhora do Rosário são importantes lugares na vida do distrito. Uma agência dos Correios atende a população local.

O lugarejo se chamava Salva Terra no início do Século XX, quando foi fundado. O nome se deve a Fazenda Salva Terra, já que o povoado surgira em suas terras.

FONTE: Internet

AS PÉROLAS VERMELHAS

Ananda, um dos discípulos, disse ao Buda: “Fácil foi-lhe obter a condição de Buda, pois o senhor, ó Buda, nasceu de família real, permaneceu sentado sob uma árvore e ali meditou tranquilamente sobre a sabedoria por cerca de seis anos”

Buda respondeu-lhe: - “Ananda, vou contar-lhe uma história. Um proprietário muito rico possuía todas as joias possíveis, menos as pérolas vermelhas. Por isso, sentia-se extremamente insatisfeito, incompleto. Contratou vários homens, dirigindo-se ao local do mar onde se encontravam as ostras que produziam as pérolas raras e, após três anos de ingentes sacrifícios, superando perigos e obstáculos de toda sorte, conseguiu formar um colar inteiro.

No regresso, seus companheiros, vendo-o cheio de riquezas, prepararam-lhe uma cilada, roubando-lhe as joias e atirando-o semimorto ao fundo de um poço. Após algum tempo, utilizando-se de todas as forças, o homem conseguiu refazer-se e sair dali, ao verificar que animais, através de uma passagem camuflada e escarpada, iam até ali beber água. Pôde assim, seguindo essa trilha, sair do poço, retornando ao seu país.

Como era homem poderoso, chamou os companheiros que lhe tinham roubado, dizendo-lhes: - “Devolvam-me o que me roubaram, senão os levarei ao tribunal e serei lançado às masmorras ou aos patíbulos”. Temerosos, os homens devolveram-lhe as pérolas.



O rico tinha dois filhos pequenos que brincavam descontraidamente com as pérolas. Um deles perguntou: - “De onde vem essas pérolas?” - “Elas vieram do saco que tenho na mão”, respondeu o outro petiz. O outro discordou: - “Não, elas vieram do jarro que está sobre a mesa”

Vendo e ouvindo aquilo, o pai desatou a rir. Sua esposa interrogou-o sobre o motivo da gargalhada e ele respondeu: - “Obtive essas pérolas mediante o mais extremo dos sofrimentos, por distantes terras e mares e essas crianças, que nada sabem da história, acham que as pérolas vieram de um jarro, ali ao lado”

O Buda, então, disse a Ananda: - “Você me vê apenas após eu ter me tornado Buda. Ignoras, porém, todo o esforço e sofrimentos com que dediquei aos estudos e à meditação por incontáveis kalpas. Cheguei ao objetivo e você acha que foi fácil, tal como as crianças que pensavam que as pérolas vinham de um jarro”.

Lição: Para se alcançar o objetivo, necessário se faz a prática de inúmeras boas ações, de profundos estudos e de méritos acumulados ao longo de muitos kalpas – o resultado, portanto, não é fruto de um só ato, de uma única ação, de uma só vida, mas sim de muitos atos, de muitas ações, de muitas vidas”.

(Kalpas na complexa cosmologia hindu e budista – longos períodos de tempos).

(Conto tradicional hindu-indiano)

O ATO DE ESCREVER

O ato de escrever, o reportar-se, reproduzir, dar forma física e gráfica a algo – um fato, uma circunstância, o que se acha em estado natural, imaterial, tornar o indizível em dizível - não é tarefa de somenos importância. A originalidade, no percurso da mente recriadora até o braço, ao lápis ou à tecla do computador, pode sofrer – e sofre inexoravelmente – inúmeros desvios.

O fio do sentido original, por maior a capacidade do escritor, sua qualidade técnica, sua elaborada disciplina, enfrenta descaminhos, equívocos. O bem escrever exige perícia, conexão, preciosidade, o mais refinado artesanato mental.

Tecer um texto, reunir, entrelaçar fios com maestria, emprestando-lhes, - através das melhores palavras, as mais seletas frases – forma, sentido, fidelidade. Tarefa senão impossível. Somos traídos pelas nossas marcas e conceitos pessoais, pelo indecifrável inconsciente, por nossas negligências, invigilâncias, enfim nossa incapacidade, inacabamento. Ou seja, o que poderia ser uma peça literária, uma joia artística, um labor exímio, sai impreciso, informe, exibindo a erraticidade e precariedade de nossas estruturas de criação.

JPO

*Lutar com a palavra
é a luta mais vã
entanto, lutamos
mal rompe a manhã*

Carlos Drummond de Andrade



O HOMEM DO CAVU

A notícia, aos poucos, se espalhará pelas redondezas, por barrancas, mundéus, pelos ermos todos, remotos recantos, se bem que dita à meia voz, de meia jota, nas conversas de eito, por vezes sem jeito, nas prosas de beira fogão. Assunto de dar pancas. Um riso inzoneiro no canto da boca de alguns, calafrios em outros tantos. Para moradores das paragens do Córrego Fundo, Papunça, Ouro Fino e arredores – em especial os de noturnos, soturnos hábitos – um medo maior. Uma interrogação maquinal a mexer com a mente, os nervos. O que estaria acontecendo, afinal?!

Um cavaleiro fantasma, vestido e revestido com grosso cavu, murça cerrada, abas enterradas desde o alto da cabeça, passara, súbito, no mistério, a frequentar aquelas estâncias. Uma, até mesmo duas vezes por semana, noite compacta, moradores da região, andantes, tardantes passaram a relatar – e alguns até deram-lhe de testa – sobre o estranho viajante, saído das sombras ou, sabia-se lá, de alguma história muito antiga, do mais escondido, encardido, esconjurado tempo.

Assustavam, sobretudo, os comentários. O cavaleiro, ricamente adornado, montava majestoso ginete, zaino garboso, esmeradas arreatas, esporas brilhantes mesmo em pleno escuro e dizia-se ser ele surdo-mudo. Quem sabe, até nem do mundo dos vivos seria, porquanto ocultado rosto, amumiado sob o capuz, a ninguém cumprimentava ou respondia, com um salvo, um aceno sequer, por mínima educação. Passava a galope, rédeas soltas, o relho zunindo, direção reta, cavalgar imponente, porte magnético, insofismável sobre o dorso do arreo, pernas firmes sobre a espenda, estribos tensos, qual estivesse fugindo à brida, se lançasse a toda em um mortal, medievo combate de cavalaria, ou insofismável monteiro ao encalço de preciosa caça. Assim o fazia, tão logo suspeitasse ou espreitasse a presença de estranhos ou acaso cruzasse com alguém vivente, horas tão de fora, curvas tantas a cobrir, embora, estouradas horas. Falavam alguns tê-lo visto com ostensiva bandoleira a tiracolo, ferraduras do indômito cavalo arrancando faíscas, cortando o vento em surpreendentes rajadas, o ressequido pó do caminho, esmagado pelas patas, chamas pela estrada estridulante...

Esparramada assim e às tantas a notícia, no comicho e no cochicho, começaram as conjecturas. Uma alma penada?! Algum fantasma de tropeiro vindo do passado tempo e que caíra morto por aquelas bandas, quando em passagem para o sertão de Goiás?! Algum zumbi ou espírito-rei das matas, incomodado em seus domínios, a azucrinar os vivos, e a que diziam ter punhos gigantescos?! Pois, bem se comentava, que, por aquelas beiras, sempre apareciam e aconteciam estranhas formas, luzes do mundo, extraterrestres saídos de suas bases extrafísicas, (não se diz que no Ouro Fino acha-se, dentre serras e veias de minérios, uma cidadela ou portal de entrada para outras desconhecidas dimensões?!), conúbios e conluios de forças espectrais a meterem medo aos transeuntes tresnoitados.

Alguém, por via das dúvidas, - que coragem não lhe faltava - resolvera por as coisas em pratos limpos. Lua balofa, terra fofa ao pisoteio, ficara à espreita na antiga porteira, no alto do cerro. Haveria de descobrir o mistério tão assuntado, quão decantado. Instalara antes, na prevenção, algumas taipas, galhos de árvores no comprido da estrada,

como garril assomado, inexpugnável empecilho, forçando a redução da marcha. Tão logo o som solto, cavalo desenfreado, na curvatura da estrada, o destemido, o estrêmuo pula à frente do animal que, ante o inusitado, sofria, retesa-se. Num átimo, atira-se ao cavaleiro, tentando desnudar-lhe o capuz. No golpear de mãos e braços, o badalado capote, tecido reforçado nas abas e mangas, traços de rico, rendilhado forro de seda, desprende-se, podendo ser observados os fiapos, manha seguinte, ao rés da estrada. Reconhece-o, de pronto. Era o misterioso cavaleiro, o assombrador daqueles ermos, nada mais que famoso fazendeiro da região, homem sisudo, de conceito, de preces e messes profusas à igreja, de todas as irmandades e opas possíveis, e que, apurou-se, à sorrelfa, mantinha uma vida oculta, da paixão mais ativa, de escondidos feitos junto a senhora casada, fazendeira refinada, moradora do Gajé, nos contrafortes da serra da Galga.

O gajo, chefe de honorável família, cavaleiro de domingueira missa, beatifica comunhão, santarrão para os de fora, o papa-hóstias, o primeiro da fila à frente da Irmandade nas procissões, a tocha conduzida imponentemente, trocava a opa vermelho-vivo, impecável alfaia dos dias santos, assim transposto o recinto da igreja, para um cavu de enamorado, inigualável donjuan caboclo, cavaleiro das noites afloradas, caçador de adamascadas, alheias alcovas. O fantasma de carne e osso, a mergulhar na escuridão da noite, a atravessar léguas, em deleitável estado mental, os pensamentos pululando, frenéticos, sorvendo antecipadamente os alegres, ainda que breves, momentos de idílica noitada.

Ela, bela sertaneja, casada senhora, no vigor e fulgor dos trinta acima de qualquer suspeita, e assim sem ninguém à espreita, de atalaia.

Como se davam os romanescos encontros, os fagueiros, fogosos idílios? Naqueles tempos, a lide dura nas fazendas perdurava até a entrada da noite, quando não estendendo-se tarde os serviços de serão. Descascar e debulhar milho, confecção de fumo de rolo, de cordoas e laçaduras. Somente após encerrados os ofícios, é que se preocupavam os moradores com o deitar, lavando-se antes, por costume asséptico, os pés. As mulheres, assoberbadas com cozinha, filhos, rouparia, acomodavam-se ao final, as últimas a fruírem o leito. A casa de banhos da fazenda dava justamente de fundo, renteava soberbo cafezal, exuberante pomar. Todos ao leito, já em estágio de sono, no ronco muitos, inchadas as horas, lamparinas apagadas, deslocava-se a senhora ao banho, momento em que dava acesso ao amante, (apeara este longe da sede, dali esgueirando-se silenciosamente até o local), atingindo a sugestiva alcova através da larga janela aberta, espojada ao pomar.

Assim, enfim, vencida larga distância, rompido a pé o cafezal, novos bosques a serem devassados, deleitados em profano, profanado mister...

CAVU – palavra de origem controversa, provavelmente italiana ou francesa. Para outros estudiosos, um regionalismo paulista – capa usada como proteção; capote sem mangas com a pala sobre os ombros.





Alunos da rede municipal participam de palestra sobre Patrimônio

A convite da equipe pedagógica da E. M. “Dep. José Aldo dos Santos”, no dia 19 de outubro, o professor Marcus Santiago, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago, palestrou sobre o tema “Patrimônio histórico cultural: material, imaterial e tombamento” para os alunos das turmas de 4º e 5º anos.

Os alunos já tinham um conhecimento prévio sobre o assunto por terem participado no mês de agosto da “VI Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (2017)”, realizada pelo governo municipal no Memorial Santiaguense, cujo evento valorizou dois bens que fazem parte da história de São Tiago: o Passinho da Praça Ministro Gabriel Passos e a imagem original de São Tiago.

O professor apresentou vários conceitos e ensinou aos alunos que nossos bens materiais e imateriais são o caminho para conhecermos a história de como se formou a nossa cultura e a nossa identidade. Segundo ele: “os bens materiais são divididos em quatro tipos: arqueológicos, históricos, paisagísticos e artísticos. Bens imóveis podem ser prédios, igrejas, sítios arqueológicos e monumentos. Há também os móveis como: livros, documentos, quadros, fotografias, arquivos, vídeos dentre outros que podem ser transportados. Os bens imateriais são os que não

podemos tocar e levar de um lugar a outro, como representações, práticas e conhecimentos de determinadas comunidades”.

Para manter a preservação do patrimônio existem instituições que cuidam deste setor em vários níveis dentro da organização da legislação brasileira. Esses níveis são: municipal, estadual e federal.

Em nosso município temos o Conselho Municipal do Patrimônio, Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago (IHGST) e o Memorial Santiaguense. Este guarda e cuida dos bens móveis que retratam parte da história local como memória religiosa, escolar e objetos antigos que fazem parte da identidade local.

O historiador após apresentar várias imagens do antigo “Largo da Matriz”, onde hoje se encontra a atual Praça Ministro Gabriel Passos apontou as diferenças que vem sofrendo com as construções modernas e prédios no seu entorno, descaracterizando o centro da cidade.

Ao fim, Marcus explicou sobre as questões de tombamento e exibiu dois vídeos, um mostrando um pouco da cidade em vários ângulos e o outro o documentário sobre as sete maravilhas do mundo antigo e contemporâneo.



Versos de Natal

Espelho, amigo verdadeiro,
Tu refletes as minhas rugas,
Os meus cabelos brancos,
Os meus olhos míopes e cansados.
Espelho, amigo verdadeiro,
Mestre do realismo exato e minucioso,
Obrigado, obrigado!

Mas se fosses mágico,
Penetrarias até o fundo desse homem triste,
Descobririas o menino que sustenta esse homem,
O menino que não quer morrer,
Que não morrerá senão comigo,
O menino que todos os anos na véspera do Natal
Pensa ainda em pôr os seus chinelinhos atrás da porta.

© MANUEL BANDEIRA
In Lira dos cinquent'anos, 1940

Canto de Natal

O nosso menino
Nasceu em Belém.
Nasceu tão-somente
Para querer bem.

Nasceu sobre as palhas
O nosso menino.
Mas a mãe sabia
Que ele era divino.

Vem para sofrer

A morte na cruz,
O nosso menino.
Seu nome é Jesus.

Por nós ele aceita
O humano destino:
Louvemos a glória
De Jesus menino.

©MANUEL BANDEIRA
In Belo belo, 1948

Natal

Penso em Natal. No teu Natal. Para a bondade
A minha alma se volta. Uma grande saudade
Cresce em todo o meu ser magoado pela ausência.
Tudo é saudade... A voz dos sinos... A cadência
Do rio... E esta saudade é boa como um sonho!
E esta saudade é um sonho... Evoco-te... Componho
O ambiente cuja luz os teus cabelos douram.
Figuro os olhos teus, tristes como eles foram
No momento final de nossa despedida...
O teu busto pendeu como um lírio sem vida,
E tu sonhas, na paz divina do Natal...

Ó minha amiga, aceita a carícia filial
De minha alma a teus pés humilhada de rastos.
Seca o pranto feliz sobre os meus olhos castos...
Ampara a minha frente, e que a minha ternura
Se torne insexual, mais do que humana, - pura
Como aquela fervente e benfazeja luz
Que Madalena viu nos olhos de Jesus...

© MANUEL BANDEIRA
In A cinza das horas, 1917

A Anunciação

Manuel Bandeira

Seis meses passados sobre
A angélica anunciação
Do nascimento de João, Santo filho de Isabel,
Baixou o arcanjo Gabriel
À Galiléia e na casa
Do carpinteiro José
Entrou e diante da virgem
Desposada com o varão -
Maria ela se chamava -
Curvou-se em genuflexão.
Dizendo com voz suave
Mais que a aura da manhã: "Ave,
Maria cheia de graça!
Nosso Senhor é contigo,
Tu bendita entre as mulheres".
E ela, vendo-o assim, turbou-se
Muito de suas palavras.
Mas o anjo, tranquilizando-a,
Falou: "Maria, não temas:
Deus escolheu-te, a mais pura
Entre todas as mulheres,
Para um filho conceberes
No teu ventre e, dado à luz,
O chamarás de Jesus;
O santo Deus fá-lo-á grande,
Dar-lhe-á o trono de Davi,
Seu reino não terá fim".
E disse Maria ao anjo:
"Como pode ser assim,
Se não conheço varão?"
E, respondendo o anjo, disse-lhe:
"Descerá sobre ti o Espírito
Santo e a virtude do Altíssimo
Te cobrirá com sua sombra;
Pelo que também o Santo
Que de ti há de nascer,
Filho de Deus terá nome,
Com ser filho de mulher,
Pois tua prima Isabel
Não concebeu na velhice,
Sendo estéril? A Deus nada
É impossível". O anjo disse
E afastou-se de Maria.
Como no extremo horizonte
A primeira, desmaiada
Gelagem da madrugada,
Duas rosas transluziram
Nas faces da Virgem pura:
Já era Jesus no seu sangue,
Antes de, infinito Espírito
Mudado em corpo finito,
Se fixar em forma humana
na matriz santificada.

MANUEL BANDEIRA – Recife, PE – 19/04/1886
Rio de Janeiro – 13/10/1968

Um dos mais importantes e conceituados poetas modernistas
brasileiros